



25719603



08300.000492/2023-65



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Segurança Pública  
Diretoria de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública

## TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 1/2023

A União, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, neste ato representada pela Senhora **LARISSA ABDALLA BRITTO, CPF: 301.844.602-04** - Ordenadora de Despesas da Secretaria Nacional de Segurança Pública, conforme, no uso das atribuições conforme inciso I do art. 1º, da PORTARIA SENASP/MJSP Nº 499, DE 30 DE JANEIRO DE 2023 (26322566), da Secretaria Nacional de Segurança Pública, resolve: **Ratificar o Termo de Dispensa de Licitação** (25719569) com base no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com os valores atualizados pelo Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018, franqueando a contratação direta em favor da seguinte empresa **DEXION INFORMATICA LTDA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº **37.074.796/0001-37**, qual apresentou o menor valor, conforme Proposta Comercial (25536334), de acordo com as especificações, quantidades e demais condições constantes no Projeto Básico (26199683) e NOTA TÉCNICA Nº 2/2023/COFI/CGOFI/DGFNSP/SENASP/MJ (25135969), no valor de R\$ 6.581,52 (seis mil quinhentos e oitenta e um reais e cinquenta e dois centavos).

UASG: 200331.

**Elemento de Despesa:** 339040.06 - Locação de softwares

**LARISSA ABDALLA BRITTO**

Diretora do Fundo Nacional de Segurança Pública  
Ordenadora de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **LARISSA ABDALLA BRITTO, Diretor(a) de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública**, em 04/12/2023, às 12:19, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **25719603** e o código CRC **C1618A3A**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.